

Documento revela inviabilidade a deputados

No dia 20 do mês passado, quatro membros da bancada do Distrito Federal na Assembléia Nacional Constituinte — os deputados Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (PMDB), Geraldo Campos (PMDB), Augusto Carvalho (PCB) e o senador Pompeu de Sousa (PMDB) — receberam um documento técnico que demonstra a inviabilidade do projeto de despoluição do Lago Paranoá, que a Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb) pretende executar. O mais surpreendente é que o documento é uma carta do próprio projetista da obra, James L. Barnard, diretor da Meiring & Venno Ing/Meiring & Partners Inc, consultoria da África do Sul.

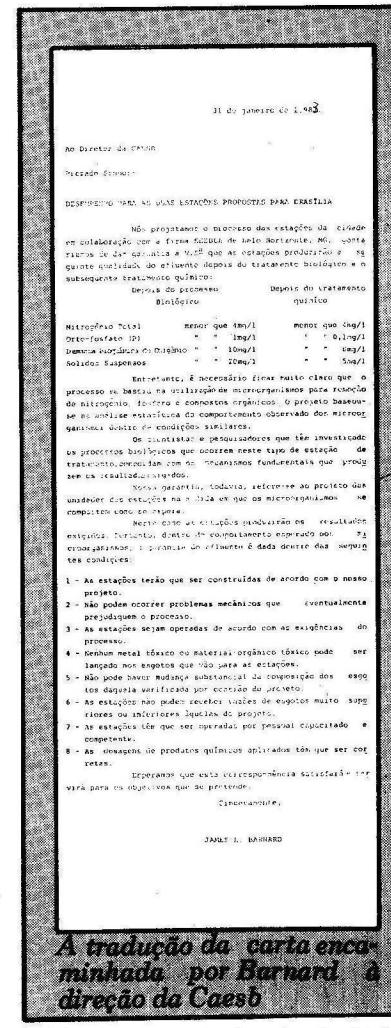
As recomendações do documento do projetista sul-americano são tão incisivas que levaram o senador Pompeu de Sousa a expor publicamente a carta de Barnard, no Programa da Cidade, da TV Brasília. Isso não bastou para que a operação fosse revista, obrigando os três parlamentares do PMDB, mais o presidente regional do partido no DF, Milton Seligman, a enviarem uma nota ao governador José Aparecido, exigindo que a Caesb apresente o Relatório de Impacto Ambiental (Rima). Além disso, exigiram ainda que o relatório seja feito pela Universidade de Brasília e, depois de concluído, seja apreciado e debatido em audiência pública, onde a população possa questionar e entender o projeto recomendado.

O projeto da Caesb

O Programa de Recuperação do Lago Paranoá que a Caesb pretende implantar, prevê o tratamento, a nível terciário, dos esgotos que formam a bacia do Paranoá, removendo os nutrientes que permitem a proliferação de algas no Lago. Essa superpopulação de algas é que provoca o processo tecnicamente conhecido como eutrofização, ou seja, falta de oxigênio na água.

Esse processo ocasiona a morte, em grande escala, de todo o sistema vital que o Lago tem, como peixes e as próprias algas, que ficam submersas, umas sobre as outras. A morte destas algas provoca um mau-cheiro insuportável, parecido com o que aconteceu em 1978.

Esse projeto elaborado pela Sociedade de Engenharia Emilio Baumgarten (Seebla), em 1981, previa uma população de 700 mil



A tradução da carta encaimhada por Barnard à direção da Caesb

habitantes para toda a bacia. E foi esse projeto, com o condicionamento da população em 700 mil habitantes, que o consultor africano James Barnard aprovou.

Documento

No documento enviado aos parlamentares do Distrito Federal, James Barnard explicou que as estações só produzirão os resultados exigidos se forem seguidas as seguintes recomendações: «1 — As estações terão que ser construídas de acordo com o nosso projeto.

2 — Não podem ocorrer problemas mecânicos que eventualmente prejudiquem o processo.

3 — As estações sejam operadas de acordo com as exigências do processo.

4 — Nenhum metal tóxico ou material orgânico tóxico pode ser lançado nos esgotos que vão para as estações.

5 — Não pode haver mudança substancial da composição dos esgotos daquela verificada por ocasião do projeto.

6 — As estações não podem receber vazões de esgotos muito superiores ou inferiores àquelas do projeto.

7 — As estações têm que ser operadas por pessoal capacitado e competente.

8 — As dosagens de produtos químicos aplicados têm que ser corretas».

Segundo estudos técnicos do próprio Governo do Distrito Federal, a obra de despoluição do Lago Paranoá já estaria inviabilizada, baseada, apenas, nas recomendações de Barnard. Partindo do quarto ponto da carta, com a proibição do lançamento de qualquer tipo de metal tóxico ou material orgânico, o processo de tratamento já entraria em «colapso», pois na bacia do Paranoá existem hospitais e uma universidade, a UnB, que trabalham com estes materiais e que são, posteriormente, lançados na rede de esgoto sem nenhum tratamento.

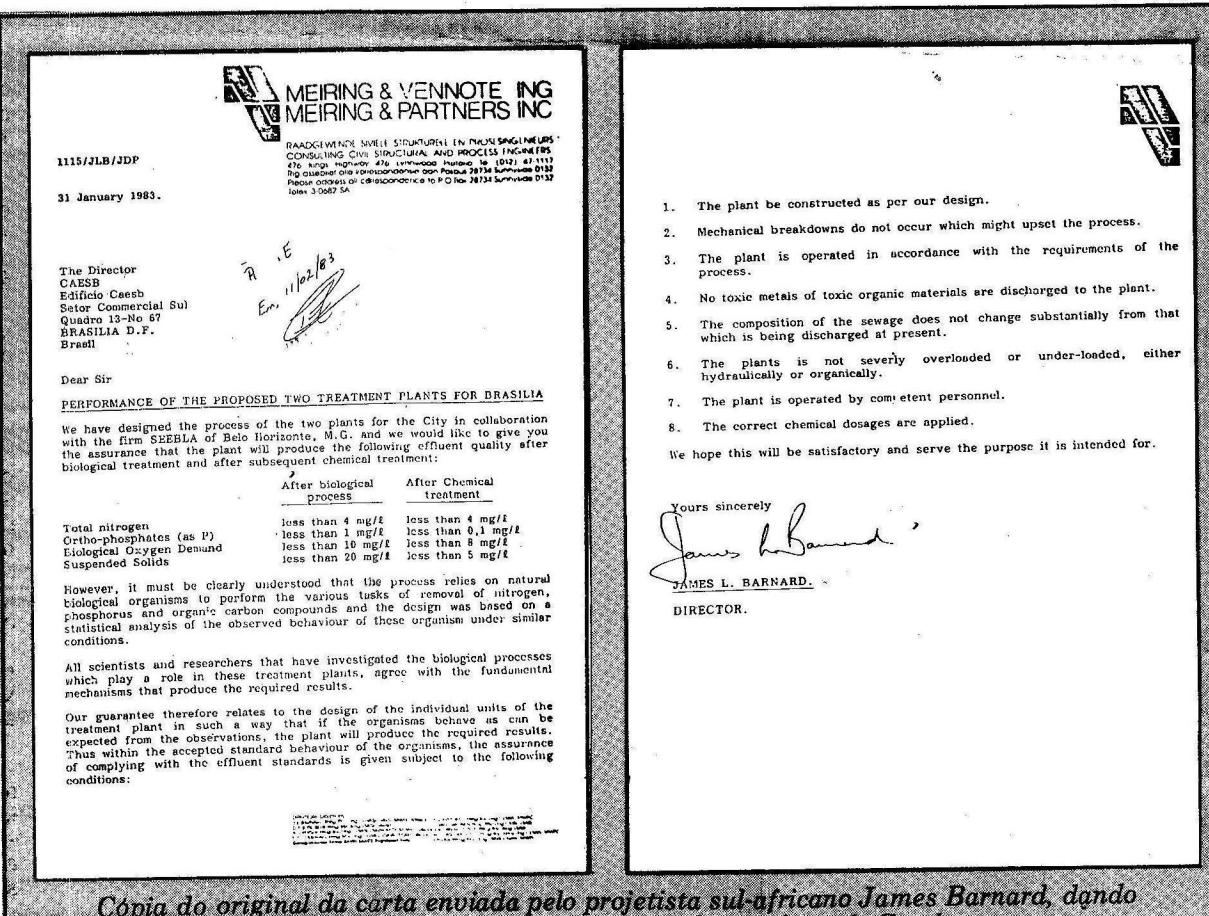
Outro aspecto — e este bem salientado pelo senador Pompeu de Sousa, no programa da TV Brasília — refere-se às vazões dos esgotos, que não podem ser menores nem superiores ao previsto no projeto. «Se a população tiver uma diarréia ou mesmo uma prisão de ventre, todo o sistema de despoluição vai por água abaixo», exemplificou o senador do PMDB.

O mais importante, porém, é que todo o projeto feito pela Seebla e aprovado por Barnard, está montado para atender a uma população de 700 mil habitantes. A Caesb, no entanto, quer executar o mesmo projeto sabendo que o Governo do Distrito Federal, como alternativa para atender ao crescimento populacional, aprovou, através do seu Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma), um plano de expansão do Plano Piloto.

O polêmico «Plano Lúcio Costa» prevê a criação de duas novas áreas habitacionais, com a extensão da Asa Sul e da Asa Norte. A previsão do plano é abrigar, nessas duas novas áreas, uma população de 1 milhão e 900 mil habitantes. Portanto, um número muito superior ao projeto aprovado por Barnard, mas que a Caesb não levou em conta ao assinar os contratos com as empreiteiras para despoluir o Paranoá.



A água depositada em baldes pode ser a causa do aumento nos casos de diarréia nas crianças



Cópia do original da carta enviada pelo projetista sul-africano James Barnard, dando oito recomendações técnicas não observadas pela Caesb